

ESTRUTURA DE PODER NA USP

EM VÁRIOS TEMPOS

João Zanetic



Era uma vez uma universidade... É essa a sensação que me percorre quando penso sobre a realidade previsível para a USP no final do milênio. Isso acontece como consequência de uma série de circunstâncias que se manifestam no nosso cotidiano ou que agitam nosso imaginário.

Como ocorreu durante o lançamento do livro de memórias de Apolônio de Carvalho, uma noite dessas em uma livraria de São Paulo, é muito comum colegas me interpelarem quanto às minhas pretensões de aposentadoria ou exporem suas razões para pendurar

as chuteiras com relação às suas atividades uspianas. O desencanto é muito grande e generalizado. Nessas ocasiões são relatados os receios óbvios provocados pelas mudanças propostas na política de previdência que ameaçam direitos consagrados, transformados em privilégios, seja pelo governo federal seja pelos meios de comunicação, que funcionam como diários oficiais da União. Há também aqueles colegas que alegam pretender se aposentar, não com o intuito de se dedicarem à leitura de seus romances favoritos no banco da praça ou ao cuidado dos netos, mas para poderem arranjar outro emprego que lhes permita man-

ter o nível de vida ameaçado pelo congelamento dos salários. Há ainda aqueles que afirmam não mais agüentar a burocracia enfadonha dos relatórios internos ou das agências financiadoras; as intermináveis reuniões que nada decidem; a competição selvagem pela carreira e pelas bolsas de pesquisa ou outra forma de complemento salarial; a cansativa prática de renovação periódica dos contratos precários e as arbitrariedades cometidas pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert); a existência de precária vida inteligente nos corredores da universidade; a insatisfatória presença da universidade no cenário cultural e político do país, a reitoria que só cuida dos muros e dos asfaltos, a política do ministério da educação reforçada pelo recém-criado Conselho Nacional de Educação que quer transformar a universidade brasileira num empreendimento privado ...

Tudo isso me trouxe à lembrança uma contundente mas esperançosa avaliação da USP feita por Florestan Fernandes num artigo escrito por ocasião do cinqüentenário da universidade. Dele extraio a advertência de que:

“Os velhos ideais de reforma universitária foram enterrados pela história e o que sobrou deles, na prática “autoritária” vigente, merece também a lata de lixo. Começar de novo, superar os enganos (e os acertos ocasionais) da experiência acumulada, eis o busílis. A nossa universidade concentrou-se econômica, social e racialmente de tal maneira, que ela não vale uma missa.” (1984, p. 19).

Era uma vez a Universidade de São Paulo...

Quem chorará por seu eventual desaparecimento?

Diferentes tempos e cenários que vivenciei nesta universidade certamente me provocariam as lágrimas. Daí as razões que ainda nutro de lutar pela continuidade e transformação desta jovem universidade de pouco mais de sessenta anos.

Essa intenção se reforça no momento em que novamente a USP está em vias de escolher seu novo reitor, o que reacende as expectativas de estabelecermos uma ampla discussão e mobilização que alerte a USP contra a ameaça da transformação definitiva de uma universi-

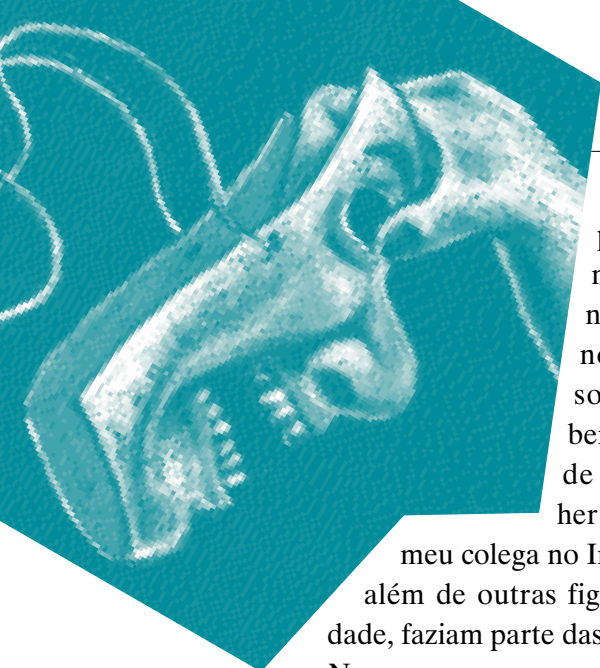
dade, que deveria pensar e produzir criticamente conhecimento e recursos humanos, em uma universidade que vai pensar e agir segundo a linguagem do mercado.

Apesar do tom amargo ou queixoso de boa parte deste artigo, espero deixar clara uma mensagem otimista para aqueles que me acompanham nesta breve retrospectiva de alguns exemplos de diferentes tempos vividos na USP, com base em alguns retalhos aleatórios de memória e de documentos que guardo de minha vivência, inicialmente como estudante e depois como professor, desempenhando diversas funções de representação, além das acadêmicas normais.

Meu primeiro dia de aula na USP, como aluno do curso de Física, está impresso em minha memória de forma significativa. Foi uma experiência pessoal inesquecível e, ao mesmo tempo, um registro de um momento histórico de difícil compreensão, pelo menos naquela noite.

Aquela aula ocorreu no Anfiteatro Alessandro Volta do Departamento de Física da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Éramos algumas dezenas de alunos dos cursos de física e matemática numa aula de Cálculo I ministrada pelo professor Carlos Benjamin de Lira. Para um estudante vindo de um curso científico freqüentado no período noturno de uma escola pública e que havia sido admitido na USP cerca de um mês após o início das aulas, como resultado de um movimento estudantil que lutava pelo ingresso dos excedentes dos exames vestibulares daquele ano, aquela aula em que o professor Lira ainda estava oferecendo um breve sumário de limites, derivadas e integrais, que seriam estudados ao longo do ano, era um acontecimento deslumbrante como aventura do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, e isso ficou mais acentuado nas aulas seguintes, o professor Lira deixava transparecer sérias preocupações com o que ocorria no país naqueles dias. Suas palavras e seus gestos assim indicavam de forma velada.

A tensão daqueles dias e noites estava marcada no clima que se respirava nas salas de aula e nos corredores da universidade. Estávamos nas primeiras noites de abril de 1964, poucos dias depois do golpe de Estado que derrubara o presidente João Goulart que, em um de seus últimos atos de governo, havia ampliado o número de vagas nos cursos superiores.



A USP ocupava parcela do noticiário dos jornais da época. Os nomes do professor Mário Schenberg e do estudante de física Fuad Daher Saad, ainda hoje

meu colega no Instituto de Física, além de outras figuras da universidade, faziam parte das notícias.

Nesse ano e nos seguintes os estudantes participavam de manifestações contra o regime militar que se instalava no país. “Abaixo a ditadura”, “Osso, osso, osso... abaixo o sem-pescoço”, “O povo unido jamais será vencido”, e outras frases de efeito eram gritadas nas ruas do centro de São Paulo.

Enquanto isso, no campus da USP, greves e movimentações variadas envolviam o corpo estudantil em reivindicações motivadas ora pelas condições dos cursos oferecidos, ora pelas condições de moradia, ora pela qualidade da comida oferecida nos restaurantes universitários, ora pela luta contra a ditadura, ora pela reforma universitária, como parte da luta pelas reformas de base então pleiteadas. O DCE, a UEE e a UNE eram a nossa voz!

Trechos de um documento datado de setembro de 1968, quando já freqüentava a pós-graduação em Física, assinado pelo Centro de Estudos de Física e Matemática (CEFISMA), oferecem um quadro do momento vivido pela universidade segundo o olhar de seus estudantes de então. O documento iniciava expondo as dimensões da paralisação de atividades didáticas que já durava quatro meses:

“O maior Centro de estudos e pesquisa de Física do Brasil está paralisado desde maio último, não havendo sinais de que os responsáveis pela Universidade estejam sequer ao par das causas e conseqüências desta grave crise. Grave porque afeta 700 alunos e 76 professores, além de dezenas de outros funcionários, e equipamentos no valor de alguns milhões de dólares.” (10 de setembro de 1968, p. 1).

Eram inúmeras as razões alegadas para esse movimento. O documento do CEFISMA enunciava o caráter geral desencadeador da crise que embora tivesse suas cores locais era de abrangência nacional:

“(...) a crise no Departamento vem de longa data, e reflete as limitações de ordem política e social que as atuais condições brasileiras impõem à atividade científica e educacional da Universidade.” (10 de setembro de 1968, p. 1).

As razões específicas para a crise eram assim explicadas: falta de uma filosofia básica norteadora das pesquisas em Física, baixa dedicação à formação de professores secundários, deficiências gerais de ensino, inadequação de currículos, entre outras.

Além das críticas relacionadas às políticas acadêmicas e de ensino, uma das principais motivações que agitavam os estudantes de Física dizia respeito à estrutura de poder do Conselho Departamental, órgão máximo dirigente da unidade. A principal reivindicação pleiteava a gestão paritária do Departamento. Um anteprojeto de estatuto para o Departamento de Física previa a seguinte composição para o Conselho:

“Artigo 6º O Conselho do Departamento é o seu órgão deliberativo máximo, sendo constituído:

- a) pelos coordenadores das divisões de pesquisas (4) e pelo coordenador do Centro de Estudos do Ensino de Física;*
- b) por sete representantes do corpo docente, sendo: um professor titular (catedrático), um professor associado (livre docente), dois professores assistentes (doutores) e três instrutores;*
- c) por catorze representantes do corpo discente;*
- d) por dois funcionários;*
- e) pelo Diretor do Departamento e pelo Diretor de Ensino, quando estes já não forem membros;*
- f) pelo Diretor Administrativo e pelo Chefe dos Serviços Técnicos, sem direito a voto.”* (agosto de 1968, p. 2).

Como se percebe, a paridade proposta dar-se-ia entre o número de representantes estudantis e o total

de docentes e funcionários com assento no Conselho. A mesma paridade era reivindicada para a composição da Congregação da Faculdade e para a composição do Conselho Universitário. Na Rua Maria Antônia, sede da Faculdade de Filosofia, estava instalada a Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia constituída por representantes de estudantes, docentes e funcionários dos diferentes departamentos que a compunham, respeitando aquela mesma paridade.

Sem dúvida tratava-se da defesa de uma proposta que bem refletia o desejo da juventude universitária de participar mais intensamente dos destinos da universidade pública e, através dela, dos destinos do país. Esse mesmo empenho manifestava-se nas discussões que tinham como alvo os conteúdos e métodos das disciplinas que compunham o currículo dos cursos de Física e Matemática.

Não posso deixar de lembrar que, durante algumas semanas daquele conturbado ano de 1968, como parte das atividades de greve, os alunos da Física tomaram o curso de graduação em suas mãos numa inusitada experiência de “autogestão” que chegou até a editar apostilas especiais para acompanhamento das aulas. As notas atribuídas pelos alunos foram validadas pelo corpo que atendia, assim, uma das reivindicações de término da greve.

Deve-se notar que naqueles anos, enquanto as entidades estudantis mostravam um grau de organização sofisticado, com forte participação dos estudantes em todas as universidades do país, o mesmo não ocorria com relação à organização de docentes e funcionários das universidades. Na USP, não havia uma entidade representativa dos docentes, uma vez que a Associação dos Auxiliares de Ensino, fundada em 1956, sofreu um forte abalo a partir do golpe de 1964 e foi praticamente desativada por volta de 1968/69. A organização de docentes e funcionários ainda teria de esperar alguns anos para acontecer. Em 1975, o assassinato de Wladimir Herzog, jornalista e professor da ECA, foi a gota que faltava para a rearticulação daquela Associação, com a fundação da Associação de Docentes da USP. Quanto aos funcionários, a entidade representativa de então apresentava uma natureza mais assistencial e recreativa, vindo a modificar suas características no sentido de incorporar a luta e orga-

nização por reivindicações trabalhistas e sociais apenas no final da década de setenta.

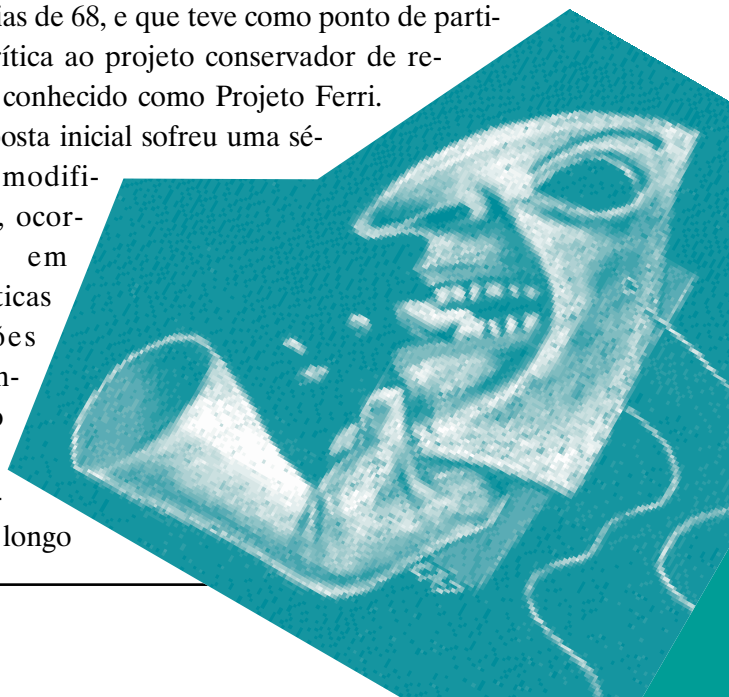
Apesar de toda essa mobilização envolvendo os estudantes de todos os campi da USP, as forças conservadoras da universidade, que atuavam em consonância com os militares instalados no poder no país, impediram a transformação democrática da estrutura de poder vigente na universidade. Essa elite conservadora funcionou como um corpo de intelectuais orgânicos e funcionários da ditadura.

No dia 13 de dezembro de 1968 era baixado pelo governo ditatorial o Ato Institucional número 5 (AI-5) que institucionalizava o clima de terror vivido pelo país nos anos seguintes. Um dos artífices desse ato foi o ex-reitor Gama e Silva que se afastara da reitoria para assumir o Ministério da Justiça da ditadura.

Assim, o estatuto da USP de 1970 acabou sendo elaborado num momento histórico pouco propício a uma reforma universitária. Por exemplo, a primeira versão do estatuto da USP de 1969 foi aprovada numa sessão do Conselho Universitário ocorrida exatamente uma semana após a cassação dos direitos políticos do reitor Hélio Lourenço e de várias dezenas de professores da universidade, alguns deles denunciados, inclusive, por parte dos colegas conservadores em congregações das diversas faculdades da USP e no Conselho Universitário. Era a elite intelectual do país que sofria a perseguição da elite retrógrada e serviçal.

Assim, como uma das conseqüências dessa situação, descaracterizou-se uma proposta de estatuto, desenvolvida a partir do trabalho das várias comissões paritárias de 68, e que teve como ponto de partida a crítica ao projeto conservador de reforma, conhecido como Projeto Ferri.

A proposta inicial sofreu uma série de modificações, ocorridas em dramáticas reuniões do Conselho Universitário, ao longo



de 1969. Sua versão final, totalmente distante e contrária aos ideais defendidos pelas comissões paritárias, entrou em vigor a partir de janeiro de 1970 e com poucas alterações perduraria até final da década de oitenta. A reforma universitária, que visava, entre outras coisas, à democratização da estrutura de poder, foi soterrada sob botas militares e togas acadêmicas.

Florestan Fernandes assim sintetizou esse momento:

“A própria reforma universitária foi reformada, segundo um figurino bicéfalo plasmado pela usaidização (um composto híbrido, MEC-USAID) e imposto centralizadamente pelo braço militar do regime ditatorial. (...) o sistema de poder respondeu esmagando os defensores da causa da reforma universitária para realizá-la às avessas.” (1984, pp. 13 e 38).

A partir de 1970, a USP sofreu profundas transformações em suas unidades de ensino e pesquisa. O antigo Departamento de Física da Faculdade de Filosofia se transformou no Instituto de Física, assim como uma série de outros departamentos foi criada da mesma forma. Em nome de uma suposta modernização, o núcleo principal de criação de uma universidade — que fora a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1934 — desapareceu. Certamente, além das ditas razões acadêmicas e administrativas, fortes razões político-ideológicas comandaram essa transformação.

Não tenho a intenção e nem estou em condições de historiar o clima de terror estabelecido nos corredores universitários e nas salas de aula nesse período. Lembro-me de como, alguns anos mais tarde, já docente de Instrumentação para o Ensino de Física, disciplina do curso de licenciatura, eu sentia um certo frisson percorrer a classe quando, por exemplo, ao criticar a forma

tradicional de se ensinar a Física, eu comentava trechos de Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, então proibido pela ditadura de retornar do seu exílio forçado.

Muitos livros e documentos registram esse clima, como um pequeno livro preparado pela Adusp, em 1978, como contribuição aos trabalhos do Congresso do Comitê Brasileiro de Anistia, que teve lugar em São Paulo, em novembro de 1978. No que respeita ao tema central de que aqui me ocupo, a estrutura de poder na USP, reproduzo algumas frases extraídas desse importante documento:

“Com o peso do AI-5 a pairar sobre a Universidade já expurgada de seus elementos mais dinâmicos e de seus críticos mais lúcidos, toda a contribuição do amplo debate democrático sobre a Reforma foi praticamente ignorada. O Conselho Universitário votou, longe da pressão do corpo docente e discente, um Estatuto construído ao sabor do momento. A reforma que então se implantou descaracterizou os projetos anteriores para atender interesses particularistas de Escolas e grupos e promoveu uma rígida

centralização burocrática, a qual, fundada na manutenção dos privilégios hierárquicos, implantou um novo autoritarismo na Universidade.” (Adusp, 1979, pp. 49-50).

Assim, mantinha-se a estrutura de poder vigente na USP até então, piorada em função do olho militar e burocrático repressivo, introjetado no campus através de adidos militares que praticavam as cassações reais e as cassações brancas, respaldados por dispositivos “legais” emanados do Decreto nº 477, braço do AI-5 no sistema educacional

Em nome de uma suposta modernização, o núcleo principal de criação de uma universidade — que fora a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1934 — desapareceu. Certamente, além das ditas razões acadêmicas e administrativas, fortes razões político-ideológicas comandaram essa transformação.

brasileiro. Ainda no final da década de setenta e início da seguinte, as contratações e recontrações de docentes e funcionários eram submetidas ao escrutínio de tais adidos que praticavam uma verdadeira triagem ideológica. A Adusp desempenhou um papel importante na luta pela reintegração dos docentes cassados pela ditadura e pela integração dos novos docentes atingidos por essa triagem ideológica.

Por outro lado, ao longo dessas décadas uma série de tentativas foram realizadas na universidade com o intuito de propor emendas ao estatuto autoritário visando, entre outros pontos, a modificar a estrutura de poder vigente na composição dos colegiados, aumentando proporcionalmente a participação de docentes, funcionários e estudantes; democratizar a gestão da universidade e permitir o livre acesso à carreira universitária.

Nesse período, o movimento estudantil, devido, entre outros fatores, à forte repressão sofrida por suas principais lideranças e entidades, teve seu poder de luta significativamente reduzido.

Enquanto isso, como uma espécie de compensação, docentes e funcionários se organizavam e lutavam, principalmente através das ações desencadeadas sob o comando da Adusp e do Sintusp, não apenas por suas reivindicações salariais e de condições de trabalho, mas também por uma transformação dos estatutos da universidade.

Em 1979 ocorria a primeira greve do funcionalismo público paulista com forte presença dos docentes e funcionários da USP e das outras duas universidades públicas paulistas.

Em outra frente de luta, os três Congressos da USP, organizados pelas três entidades e realizados em 1980, 1984 e 1987, amadureceram uma proposta estatutária completa para a Universidade de São Paulo.

O 3º Congresso da USP foi realizado entre 21 e 24 de outubro de 1987 e contou com a participação de 80 docentes, 58 funcionários e 69 estudantes, eleitos delegados em pouco mais de 2/3 das unidades da USP, na capital e no interior. A motivação maior da realização desse congresso foi exatamente a iniciativa da reitoria de promover a discussão e modificação dos estatutos.

No dia 23 de maio de 1988, o reitor José Goldemberg abriu a primeira sessão especial do Conselho Universitário destinada à discussão e elaboração da refor-

ma do estatuto da universidade. Essa discussão se deu com base num documento elaborado por uma Comissão de Sistematização que havia dedicado vários meses a esse trabalho. A proposta de reforma vinha acompanhada de um enorme conjunto de emendas. A maior parte dessas emendas provinha do resultado do plebiscito, baseado nas deliberações do 3º Congresso da USP, e se constituiu numa proposta completa de reforma dos estatutos da USP que foi encaminhada à reitoria como contribuição da Adusp, do DCE e do Sintusp à discussão e votação do novo estatuto da USP.

Antes de comentar a estrutura de poder contida em nossa proposta, gostaria de rememorar um fato que diz respeito à solicitação que eu havia formulado naquela sessão, em nome da bancada docente, no sentido de que as decisões sobre a reforma estatutária ocorressem através de votação aberta e nominal. Consultando as atas daquela sessão, e em particular o registro da votação dessa solicitação, pude rememorar o clima ideológico e de disputa de poder estabelecido no plenário do conselho universitário e que, infelizmente, iria se refletir no estatuto finalmente aprovado. A serena defesa do voto aberto e nominal expressa pelo colega Franklin Leopoldo e Silva, então representante dos doutores no conselho universitário, é significativa daquele momento e serve de alerta para uma eventual reforma dos atuais estatutos, que deveria ter ocorrido cinco anos após a sua aprovação. Destaco o seguinte trecho da fala do Franklin:

“As questões que se discutirão aqui, a partir de hoje, não devem ser, evidentemente, tratadas, nem no seu conteúdo, nem na forma de discussão, desvinculadas da realidade atual da Universidade. As discussões que se dariam aqui não têm apenas o escopo de alterar itens do Estatuto, mas espera-se que essas alterações reflitam as concepções de Universidade que prevalecem neste Conselho. Nesse sentido, para que essas concepções sejam explicitadas e discutidas, o voto aberto é enriquecedor de discussão, porque força a explicitação dessas concepções. (...) Concepções de política cultural devem ser objeto de tomadas claras de posições e de um cotejo sereno dessas posições, para que nós aqui, e o

restante da comunidade, possamos avaliar, com clareza o modo pelo qual este Conselho está entendendo esta mudança e está tentando corrigir os rumos da instituição.” (Ata da 769ª Sessão, 1988, p. 11).

Apesar dessa e de outras veementes defesas, 53 conselheiros votaram a favor do “voto secreto” e 31 a favor do “voto aberto”.

Volto aos comentários sobre nossa proposta. Acredito que os princípios gerais que norteavam o documento que expressava as decisões do 3º Congresso são extremamente úteis para serem confrontados com as políticas “educacionais” atuais do governo federal. As aspas vão por conta do paradigma economicista-empresarial que tem pautado a ação educacional e cultural dos professores universitários travestidos de presidente, ministros e assessores especializados responsáveis pela nova LDB, pelo provão universitário, pela transformação de empresas “educacionais” em universidades, pelo torpedeamento da autonomia universitária, entre outras pérolas neocapitalistas tropicais. Assim, as primeiras frases dos princípios gerais do 3º Congresso da USP são atualíssimas:

“Concebemos a Universidade Pública como uma das instâncias onde deve se dar, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e à reflexão crítica sobre a sociedade na qual está inserida, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. São funções básicas da Universidade o ensino, a pesquisa e a extensão à comunidade, desenvolvidas de forma harmônica e interdisciplinar. Deverá estar atenta aos anseios e necessidades da maioria da população, contribuindo para a correção da imensa injustiça social que caracteriza a sociedade brasileira. Deverá orientar-se por um plano periódico de prioridades em que serão contemplados os problemas nacionais de relevância.” (Jornal da Reestruturação, p. 2).

No que respeita à estrutura de poder, o sonho democrático falou mais alto: os cargos executivos da universidade (chefe, diretor e reitor) seriam escolhi-

dos em eleição direta e paritária por alunos, professores e funcionários e os candidatos poderiam ser professores com titulação mínima de doutor. Essa proposta foi derrotada e o cargo de reitor fica restrito apenas aos professores titulares.

A proposta do 3º Congresso estabelecia que os órgãos máximos dos Departamentos e das Unidades seriam constituídos de 50% de docentes, 25% de funcionários e 25% de estudantes. Enquanto isso

“O Conselho Universitário será constituído:
- Pelo Reitor que o preside;
- Pelo Vice-Reitor;
- Por todos os Diretores de Unidades;
- Por um representante dos professores de cada unidade e igual número (ao dos docentes representantes de unidades) tanto de funcionários quanto de estudantes, eleitos por seus pares.” (Plebiscito, novembro de 1987).

Dessa forma, vinte anos depois das paritárias de 1968, era construída uma proposta de reforma estatutária para a USP que apontava para uma profunda democratização de sua gestão com maior participação de docentes, funcionários e estudantes. Todas essas proposições foram derrotadas pelo plenário do conselho universitário.

Ao mesmo tempo, a proposta procurava estabelecer pontes mais claras com a sociedade. Era sugerida, por exemplo, a criação de um Conselho Comunitário ou Conselho Social, que seria constituído por membros da universidade e por representantes do Estado, dos órgãos financiadores, dos empresários e dos trabalhadores. Esse Conselho deveria “discutir os rumos da política de Ensino, Pesquisa e Extensão e de elaborar uma avaliação do desempenho da Instituição.” (Jornal da Reestruturação, p. 4).

Um aspecto crucial da vida acadêmica também mereceu tratamento especial. O regime de dedicação exclusiva, o RDIDP, era aprovado como o regime preferencial de trabalho na universidade. Aliás, com relação a este tema, um dos físicos atingidos pela aposentadoria compulsória em 1969, José Leite Lopes, já em 1948, num discurso pronunciado por ocasião de sua posse numa cadeira da então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, defendia a dedicação exclusiva como essencial para a universidade com estas palavras:

“O trabalho de investigação científica, a pesquisa literária e filosófica, exigem a atenção voltada para os problemas da particular disciplina em que se trabalha, todas as horas do dia, todos os dias do mês, todos os meses do ano. Sem esta equipe de homens devotados a ensinar, criticando fundamentalmente o que outros descobriram, e a ensinar o que eles próprios são levados a descobrir - como um corolário que de-

corre da necessidade de se criar para se compreender melhor - sem esta equipe de homens assim devotados, não existe universidade. E esta equipe, este material humano, é que é o patrimônio número um da universidade. Universidade é, em seguida, a realização das condições necessárias à efetivação dos trabalhos de pesquisa e ensino: equipamento material de laboratórios e bibliotecas, de um lado; concessão de bolsas a estudantes para que estes possam avançar em seus estudos, sem dificuldades alheias à sua inclinação científica; para que eles possam render serviços amanhã, em um nível superior, ao país que os amparou e que deles necessita vitalmente. Não é propriamente uma universidade aquela cujos professores são obrigados a exercer funções alheias às suas atividades universitárias, a fim de poderem viver ou sobreviver.” (1949, pp. 59-60).

A universidade continuando, como há cinquenta anos, ... a dedicação exclusiva como componente essencial de suas funções, daí a necessidade da valorização do RDIDP. ... É preciso que a universidade tenha uma posição clara sobre este aspecto e faça sua posição ser ouvida na imprensa, nos gabinetes governamentais e legislativos.

Leite Lopes entendia a dedicação exclusiva à docência e à pesquisa como condição de existência de uma universidade. Condição que a universidade pública vem rapidamente perdendo principalmente devido à tragédia que já se abateu sobre o professorado fundamental e médio do país: os baixos salários.

A universidade deve discutir amplamente sua produção de conhecimento que, na contemporaneidade, deve incluir as atividades que não podem prescindir da atuação profissional externa ao campus universitário, que são incorporadas na universidade através dos docentes que mesclam as atividades universitárias com essas atividades externas.

A universidade continuando, como há cinquenta

anos, por ocasião da manifestação de Leite Lopes, a dedicação exclusiva como componente essencial de suas funções, daí a necessidade da valorização do RDIDP. Como fazer isso? É preciso que a universidade tenha uma posição clara sobre este aspecto e faça sua posição ser ouvida na imprensa, nos gabinetes governamentais e legislativos.

Bibliografia

- ADUSP. *O Livro Negro da USP. O Controle Ideológico na Universidade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª edição, 1979.
 FERNANDES, Florestan. *A Questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
 LOPEZ, José Leite. *Einstein e Outros Ensaios*. Os Cadernos de Cultura, MEC, 1949.

Fontes

- Anteprojeto de Regimento do Departamento de Física*. Agosto de 1968.
 Departamento da USP paralisado há quatro meses. Informe do CEFISMA, 10/9/1968.
Boletim da Adusp, nº 1, set/78.
Plebiscito do 3º Congresso da USP, 17-19/11/87.
 USP. Conselho Universitário. Sessão de 9/8/88. Volume I.

João Zanetic é professor do Instituto de Física e ex-presidente da Adusp (91-93).